

Plenafup aprova pauta do ACT e reforça unidade



Encerrada no dia 7 de agosto, a 12ª Plenafup, realizada em Pernambuco, contou com a participação de 280 petroleiros e petroleiras de todo o Brasil. Na programação houve debates e deliberações sobre a pauta de reivindicação da categoria petroleira para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025, construção de uma transição energética justa, inclusiva e participativa, além de passos para unidade sindical avançar.

Temas importantes como a geopolítica industrial frente à nova ordem mundial, a defesa da democracia e o combate à agenda golpista e fascista da ultradireita também foram abordados no debate da conjuntura política.

Durante os quatro dias

de atividades, os grupos de trabalho e plenárias reforçaram a prioridade da categoria na luta por um ACT forte, que contemple a retomada de direitos, recomposição de efetivos, melhorias nas condições de trabalho, saúde e segurança, valorização da diversidade, um plano de cargos e salários justo e democrático, além de solução para os equacionamentos da Petros. Foi reafirmada a luta pela incorporação de trabalhadores das empresas subsidiárias como a PBio e Transpetro.

“As reivindicações aprovadas pela categoria em Minas no Congresso local foram integralmente absorvidas na pauta nacional definida na Plenafup que será encaminhada à Petrobrás”, destaca o coordena-

dor-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves. O documento final aprovado na Plenária será disponibilizado em breve no site da FUP e do Sindipetro/MG, após a redação final das assessorias técnicas.

Além dos 13 sindicatos filiados à FUP, participaram representantes de três sindicatos da FNP - sindicatos de São José dos Campos, Alagoas/Sergipe e Litoral Paulista - fortalecendo o processo de unidade entre as federações. Entre as resoluções aprovadas, está a realização de um congresso unitário em 2026 e a continuidade do debate sobre uma possível fusão das entidades e campanhas unificadas.

A transição energética foi um dos temas centrais em debate. Foi aprovado um

plano com propostas concretas para que esse processo ocorra com protagonismo dos trabalhadores, justiça social e redução das desigualdades. A Plenafup também definiu diretrizes para a exploração de petróleo na Margem Equatorial Brasileira, com foco na soberania nacional, modelo de partilha de produção com a Petrobrás como operadora única e controle social dos recursos.

Outra resolução importante foi a aprovação da proposta de um Acordo de Marco Global para que as empresas do Sistema Petrobrás assumam compromissos com condições de trabalho dignas, respeito à diversidade e direitos humanos, e uma transição energética justa em todos os países onde atuam.

Grave acidente com 2 contratados na UTE Ibirité



Um grave acidente envolvendo dois trabalhadores da empresa contratada ESVJ aconteceu no dia 05/08, na UTE-IBT. O episódio foi durante atividade de preparação de superfície para pintura da caldeira com uso de plataforma elevatória, provocado por princípio de incêndio no cesto do equipamento. As vítimas receberam atendimento médico e apenas um dos empregados teve lesões leves por queimaduras, não sendo necessário afastamento do trabalho.

No entanto, o acidente causou grande apreensão e agonia em toda força de trabalho e, em especial, nos trabalhadores envolvidos. Durante o incêndio, as vítimas precisaram tomar as primeiras medidas de socorro ainda em cima da estrutura da caldeira, que tem cerca de 20 metros de altura, antes mesmo de se-

rem resgatados.

“Esse acidente foi um dos mais graves da história da UTE Ibirité, pelo seu potencial de risco. Por muito pouco não tivemos um acidente fatal em Minas Gerais. O Sindicato é solidário às vítimas e à força de trabalho da Usina. Vamos cobrar da Petrobrás uma investigação minuciosa para que situações como essas não voltem a acontecer”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

O Sindicato recebeu a CAT e está representado na comissão de análise e aprendizado sobre o acidente, que teve sua primeira reunião no dia 12/08. No dia 13/08, diretores do Sindipetro/MG participaram da Reunião da Comissão Local de SMS da UTE-IBT e cobraram esclarecimentos sobre a ocorrência e as medidas imediatas após o acidente.

Nenhuma gota de petróleo para o genocídio



Cerca de 2,1 milhões de civis estão se espremendo em pouco mais de 12% de território, num verdadeiro genocídio do povo palestino. A situação pode se agravar ainda mais diante da aprovação do plano do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para a ocupação total de Gaza.

Dadas as recorrentes violações de direitos humanos pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza, como o massacre de civis, especialmente crianças e mulheres, a diretoria colegiada do Sindipetro/MG se posiciona contra os crimes humanitários e condena a exportação para Israel de petróleo bruto extraído dos campos brasileiros, usados nesta guerra.

Conforme relatório divulgado pela ONU, parte do petróleo exportado pelas multinacionais para Israel, entre outubro de

2023 e julho de 2024, saiu de campos produtores no Brasil (cerca de 8%), alguns deles operados em parceria com a Petrobrás. Apesar de a estatal brasileira não comercializar petróleo para Israel desde 2023, petrolíferas privadas como British Petroleum (BP) e Chevron têm vendido óleo produzido no Brasil para o Estado israelense.

A FUP e a FNP enviaram uma carta ao presidente Lula, cobrando do governo brasileiro a suspensão do fornecimento de suprimentos energéticos a Israel. Para a FUP e seus sindicatos, independentemente da empresa petrolífera, seja a Petrobrás ou multinacionais privadas, nenhuma gota de petróleo extraído no Brasil deve ser exportada para Israel, que viola direitos humanos e promove fome e genocídio de civis.